

1. Visão Geral

- 1.1. Respeitamos os direitos de privacidade dos indivíduos e temos o compromisso de lidar com os Dados Pessoais de forma responsável e em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.
- 1.2. É importante que você leia todo este aviso de privacidade com atenção, pois ele define como a CAPEMISA trata seus Dados Pessoais e os direitos relacionados quando você solicita o pagamento de benefícios.
- 1.3. Todos os termos usados neste Aviso de Privacidade cuja definições constam na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, tem o mesmo e exato sentido e significado.
- 1.4. Se você tiver quaisquer comentários ou perguntas sobre este Aviso de Privacidade, entre em contato conosco via o e-mail encarregadodedados@capemisa.com.br

2. Tipos de Dados Pessoais que coletamos quando você solicita pagamento de benefício

- 2.1. O pagamento de um benefício é parte integrante de um contrato já estabelecido, podendo ser feito ao próprio subscritor ou terceiros, em conformidade com o contrato/plano estabelecido, quer de seguro, previdência ou de capitalização, conforme registrado na SUSEP.
- 2.2. Quando se paga ao próprio subscritor, são necessários Dados Pessoais adicionais para o processo de pagamento e atualização de dados, os quais porventura são necessários e não foram solicitados no momento da contratação, conforme o contrato/plano contratado/subscrito.
- 2.3. Quando se paga a terceiros, são solicitados Dados Pessoais para garantir o cumprimento do contrato/plano firmado com o subscritor bem como efetuar o processo de pagamento.
- 2.4. Os Dados Pessoais são solicitados aos seguintes Titulares:
 - 2.4.1. Do beneficiário, constando de sua qualificação completa, endereço e dados bancários;
 - 2.4.2. Do Requerente da Habilitação, constando de sua qualificação e endereço - aplicável aos casos em que o Participante/Segurado ou Beneficiário estiver sendo representado/assistido, como por exemplo, quando houver Procurador, Curador, Rogado – acompanhado de Expressão “A Rogo Impossibilitado de assinar”; Pai ou Mãe de Menor de Idade; Tutor de Menor de Idade; Representante ou Assistente de Menor

de Idade Órfão ou sem tutela; responsável por Participante/Segurado Incapaz .

2.5. Constantes das cópias dos documentos legais aptos a comprovar sua identidade, legitimidade ao benefício legado e comprovação do evento gerador do benefício.

2.6. Outros dados exigidos por lei ou norma regulamentar.

2.7. Por consentimento para formação de base atuarial.

3. Finalidades para tratamento dos Dados Pessoais

3.1. As finalidades dos tratamentos dos Dados Pessoais solicitados são para procedimentos de:

3.1.1. Verificação de identidade do requisitante ao benefício e, quando for o caso, do seu representante legal quando aquele for incapaz para prática dos atos civis;

3.1.2. Validação do requisitante como legítimo beneficiário da indenização legada;

3.1.3. Validação da capacidade jurídica do beneficiário ou seu representante legal em poder firmar a quitação do benefício;

3.1.4. Validação do evento gerador da obrigação de pagar o benefício, conforme disposto no regulamento do contrato/plano de seguro, previdência ou capitalização.

3.1.5. Realização do pagamento do benefício.

3.1.6. Contato com o beneficiário ou seu representante para fornecer informações sobre o andamento do processo de pagamento, solicitar documentos necessários para habilitação do pagamento.

3.1.7. Produção de base de dados atuariais do produto de seguro, previdência e capitalização, os quais ficarão anonimizados quanto a identificação do Titular.

3.2. Os Dados Pessoais e documentos solicitados, terão sempre vinculação as finalidades acima apresentadas, e estão em estrita necessidade e adequação aos procedimentos para realização do pagamento do benefício, as obrigações legais e regulamentares impostas pelas autoridades regulatórias e fiscais, e os demais procedimentos administrativos e/ou judiciais quando for cabível para o cumprimento da CAPEMISA em realizar o correto pagamento do benefício.

4. Base legal para tratamento dos Dados Pessoais

4.1. As bases legais para o tratamento dos Dados Pessoais dos Segurados, Participantes e seus

Beneficiários são:

- 4.1.1. para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pela CAPEMISA;
 - 4.1.2. quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados;
 - 4.1.3. para o exercício regular de direitos em processo judicial e administrativo;
 - 4.1.4. mediante fornecimento do consentimento, para finalidades específicas a serem informadas quando solicitado.
- 4.2. Alguns Dados Pessoais podem ter mais de uma base legal e/ou finalidade para o seu tratamento.
- 4.3. São bases legais e regulatórias preponderantes para tratamento dos dados no processo de pagamento de benefício: Lei nº 10.406/2002 (Código Civil); Lei nº 9.613/1998 (Lavagem de bens, direitos e valores); CIRCULAR SUSEP nº 612/2020 (Lavagem de bens, direitos e valores); CIRCULAR SUSEP nº 522/2015 (Envio de Arquivos de Dados); CIRCULAR SUSEP nº 605/2020 (Prazo para guarda de documentos); Instruções Normativas sobre DIRF (Receita Federal).

5. Acesso, Uso, Armazenamento e Compartilhamento de Dados Pessoais

- 5.1. Sempre que permitirmos o acesso de terceiros aos Dados Pessoais, implementamos as medidas adequadas para garantir que estes sejam acessados para sua estrita finalidade de processar o pagamento do benefício, que sejam usadas de maneira consistente com este Aviso de Privacidade e que a segurança e a confidencialidade dos Dados Pessoais sejam mantidas:
- 5.1.1. para os colaboradores que necessitam desse acesso para realizar suas tarefas e deveres;
 - 5.1.2. para terceiros que realizem prestação dos serviços de assistência, quando for o caso e previsto no regulamento dos planos;
- 5.2. Os Dados Pessoais coletados para o processo de pagamento de benefício, são armazenados em nossas bases de dados, as quais adotamos as medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteção contra acessos não autorizados ou ilícitos, com fins de assegurar a privacidade destes dados.
- 5.3. Compartilhamos os dados pessoais relacionados ao pagamento de benefícios para cumprir as obrigações legais e regulamentares com a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, Secretaria da Receita Federal, Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).

5.4. Pode ser compartilhado também em resposta às solicitações legais por autoridades públicas, para responder a uma ordem judicial, processo administrativo ou judicial, incluindo, mas não se limitando a, uma intimação, auditoria governamental ou mandado de busca.

6. Período de retenção dos Dados Pessoais

6.1. Os prazos para retenção dos Dados Pessoais e ou documentos que não sejam fornecidos com base no consentimento, estão sujeitos a determinação regulamentar do órgão regulador da atividade de seguros, previdência e capitalização, conforme CIRCULAR SUPEP Nº 605/2020, assim disposto:

6.1.1. O prazo para guarda de documentos originais, digitalizados e/ou microfilmados, é de, no mínimo, cinco anos, contados a partir da data da prática do ato, do término de vigência do contrato ou da extinção de obrigações dele decorrentes, a que for mais recente;

6.1.2. Os documentos originais físicos que forem microfilmados ou digitalizados poderão ser eliminados, de forma definitiva, desde que cumpridos os procedimentos e requisitos previstos em legislação específica sobre o assunto;

6.1.3. Os documentos originais eletrônicos deverão ser armazenados em qualquer meio de gravação que possibilite a confirmação da autenticidade, integridade e disponibilidade de tais documentos, sendo dispensada a guarda de documentos impressos.

6.2. Os dados pessoais armazenados em nossas bases de dados, para efetuar o processamento do pagamento de benefícios, e constantes nestes documentos, obedecem ao mesmo prazo legal especificados para estes.

7. Seus direitos com Titular de Dados Pessoais

7.1. Se desejar solicitar acesso, correção, atualização ou exclusão de seus Dados Pessoais, você pode fazê-lo a qualquer momento entrando em contato conosco usando o endereço de e-mail faleconosco@capemisa.com.br.

7.2. Você pode se opor ou restringir a um tratamento de seus Dados Pessoais quando a base legal for o consentimento.

7.3. Os tratamentos de Dados Pessoais para finalidades com base em seu consentimento, quando este for retirado, não afetará a legalidade de qualquer tratamento realizado para estas finalidades antes de sua retirada, nem afetará o tratamento para as demais finalidades com fundamentos em bases legais que não seja o consentimento.



Aviso de privacidade de dados do Beneficiário

7.4. Você tem o direito de obter, em relação aos seus Dados Pessoais, a qualquer momento e mediante requisição, as informações sobre quais são os dados pessoais, as finalidades dos tratamentos e as suas bases legais, ou demais direitos conforme especificados na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, independentemente de ser em específico ao objeto deste Aviso de Privacidade, podendo ser feito junto ao nosso CANAL DO TITULAR DE DADOS, ao nosso ENCARREGADO DE DADOS (via e-mail: encarregadodedados@capemisa.com.br) ou ainda peticionar perante a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD.